

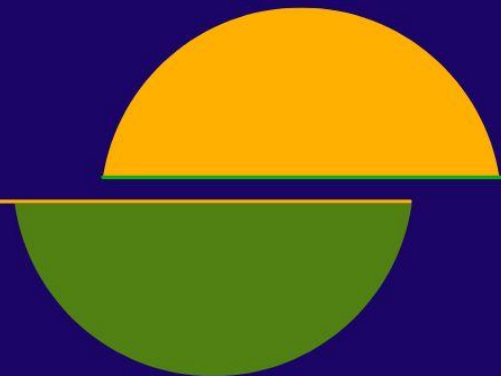
DEMOCRACIA EM RISCO

INFORMES
TEMÁTICOS 2024



GEDES

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL



1933



Observatório
Brasileiro de
Defesa e
Forças Armadas
EPPEN-UNIFESP

Apresentação

O *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)* é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [*Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas*](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança ([*GEDES*](#)) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira no primeiro semestre de 2024, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação sintetiza os materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense sobre a defesa e as forças armadas do Brasil, agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Os Informes Temáticos 2024 foram elaborados por graduandos/as em Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como atividade extensionista da disciplina "Estudos de Defesa".

Convidamos toda a comunidade para apreciar o Informe!

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe Informe Brasil - 2024

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe técnica

Felipe Bechara Medeiros Gesteira (Unifesp)

Supervisão

Leonardo Pontes Vinhó

Redação

Ana Julia Ferreira dos Santos

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Mariana Sala

Yasmin Duarte Resende

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. F. (org). KONATE, A.; SAWADA, C. M. O.; BENTO, E. S. C.; AUGUSTO, I. C.; FIGUEIREDO, M. R.; CAMARGO, M. S. F. A. Democracia em Risco. Informe temático 2024. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2025.

DEMOCRACIA EM RISCO

Adama Konate
Camila Mika Ozassa Sawada
Éryka Sammara Carnieletto Bento
Isabella do Carmo Augusto
Mariana Rodrigues Figueiredo
Marina Serretiello Fleury de Arruda Camargo

Graduandas/os em Relações Internacionais
EPPEN/Unifesp

O ano de 2024 foi marcado pelas repercussões da tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023. Visando a investigação, apuração e julgamento das origens desse ato, foi instaurada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos Antidemocráticos, que objetivou combater os ataques à democracia brasileira. Ao longo do ano, as operações da Polícia Federal “Tempus Veritatis” e “Contragolpe” revelaram o envolvimento direto do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, assim como de generais do Exército brasileiro, neste plano golpista. Já ao final do ano, as investigações apontaram que tal plano visava impedir a posse do presidente eleito, assim como o assassinato de Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente, Geraldo Alckmin, e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Este informe apresenta uma análise dos fatos que colocaram a democracia brasileira em risco, com base na análise do material publicado pelos jornais Correio Braziliense, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo entre fevereiro e novembro de 2024.

2024 e a Democracia em risco: investigações

No decorrer do ano, cada vez mais evidências foram emergindo de forma a denunciar o ímpeto golpista que rondou as Forças Armadas brasileiras ao final de 2022. Em fevereiro, após o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, fechar delação premiada com a Polícia Federal (PF), esta iniciou a operação “Tempus Veritatis”, que teve como objetivo cumprir mandados de busca e prisões preventivas para dar continuidade às investigações sobre os planos da tentativa de golpe.

Nas investigações, foram encontrados um vídeo comprovando a intenção golpista do ex-presidente e uma carta em seu gabinete com justificativas para a decretação de Estado de Sítio. Também estavam diretamente envolvidos neste processo diversos militares próximos a Bolsonaro, como os ex-ministros da Defesa Walter Souza Braga Netto e Paulo Sérgio Nogueira, e o ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno Ribeiro Pereira, além do comandante da Marinha, Almir Garnier.

A investigação revelou que o grupo objetivou criar um ambiente de desconfiança em relação ao Sistema Eleitoral Brasileiro, além de incitar militares ao golpe.

Em março de 2024, as investigações continuaram a ganhar destaque na imprensa, revelando detalhes preocupantes sobre os esforços para subverter a democracia brasileira e o envolvimento de militares de alta patente neste processo. Os fatos centrais mostram que Bolsonaro, acompanhado pelo ex-candidato à vice-presidência, Walter Souza Braga Netto, buscou apoio do general Eduardo Villas Bôas, ex-comandante do Exército conhecido por sua influência política, para uma tentativa de golpe de Estado em visitas realizadas em dezembro de 2022.

Os ex-comandantes Marco Antônio Freire Gomes (Exército) e Carlos de Almeida Baptista Júnior (Aeronáutica) afirmaram à PF terem se recusado a apoiar o plano apresentado por Bolsonaro, enquanto o almirante Garnier Santos, ex-comandante da Marinha, teria se colocado à disposição do ex-presidente. Não só isso, estes declararam à PF que Jair Bolsonaro seria o principal orquestrador por trás das conspirações golpistas.

Em abril, o STF esteve voltado para a discussão do artigo 142 da Constituição Federal e entrou em consenso de que este não pode ser interpretado de maneira a conceder o poder moderador às Forças Armadas, não sendo permitida a intervenção militar

sobre os Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Ficou destacada a necessidade da supremacia civil sobre as Forças Armadas, sendo que só com essa submissão é possível garantir que elas sirvam ao país e não a personalidades políticas.

Em junho de 2024, o ex-comandante da Aeronáutica afirmou que não houve fraude nas eleições de 2022/2023, destacando a adequação do processo de fiscalização. Contudo, a situação começou a se deteriorar em julho, quando surgiram notícias sobre a "Abin Paralela I e II", revelando tentativas de Jair Bolsonaro para proteger seu filho, Flávio Bolsonaro, de investigações relacionadas ao caso das "Rachadinhas". Flávio, acompanhado de suas advogadas, teve o ex-diretor da Abin, Alexandre Ramagem, e o general Augusto Heleno, citados como articuladores de estratégias para isentá-lo das acusações, utilizando órgãos públicos para investigar adversários políticos.

Em agosto, a situação se agravou com a investigação de quatro militares que assinaram a carta que propunha ações golpistas contra a posse do presidente Lula. No total, 37 militares estiveram envolvidos na elaboração da carta, com quatro deles identificados como autores: os coronéis da ativa Alexandre Castilho Bitencourt da Silva e Anderson Lima de Moura, além dos coronéis da reserva Carlos Giovanni

Delevati Pasini e José Otávio Machado Rezo Cardoso. O atual comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, determinou a apuração, e os coronéis foram submetidos a um Inquérito Policial Militar (IPM), uma vez que a legislação proíbe servidores da segurança pública de se manifestar coletivamente sobre assuntos políticos.

Em outubro de 2024, o ambiente político continuou tenso, com a expectativa de que o Judiciário só recebesse a denúncia contra Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado após as eleições para as mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, previstas para 2025. Questionamentos sobre o papel das Forças Armadas durante a crise política surgiram, com a expectativa de que essas instituições permanecessem em silêncio durante o julgamento.

O mês de novembro foi crucial, com a conclusão do IPM contra os coronéis envolvidos na carta golpista, os quais foram indiciados por crime de crítica indevida e indisciplina, com penas que poderiam variar de dois meses a cinco anos de detenção. A partir desse momento, o caso passou a ser analisado pelo Ministério Público Militar.

Na segunda quinzena de novembro, a PF desencadeou a operação Contragolpe, resultando na prisão de cinco suspeitos da

tentativa de golpe que visava sequestrar e assassinar Lula, Alckmin e Moraes. As investigações revelaram um planejamento meticuloso, envolvendo militares de alta patente e um policial federal, indicando uma rede complexa de oficiais tentando desestabilizar a democracia brasileira. Além disso, a PF indiciou 37 pessoas, incluindo Jair Bolsonaro, por crimes relacionados à abolição violenta do Estado democrático de Direito, vinculando também o caso à "Abin Paralela", que funcionava como uma organização criminosa dentro da Abin.

Adicionalmente, a PF encaminhou um relatório ao ministro Alexandre de Moraes, informando que o tenente-coronel Mauro Cid teria descumprido seu acordo de delação premiada ao omitir informações sobre a operação golpista. Contudo, Moraes decidiu manter o depoimento de Cid no inquérito. As investigações revelaram que, assim como afirmado por outras figuras anteriormente, Jair Bolsonaro foi o principal articulador da tentativa de golpe em 2022. Na avaliação dos jornais, o plano, denominado "Planejamento - Punhal Verde Amarelo", criado pelo general da reserva Mário Fernandes, não se concretizou devido à resistência de dois líderes das Forças Armadas. A

pressão para a execução do plano foi tão intensa que Fernandes tentou influenciar o então ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, general Luiz Eduardo Ramos, para que o relatório do Ministério da Justiça sobre as urnas eletrônicas apresentasse justificativas para a abolição do Estado democrático de direito.

Na última semana de novembro, Mauro Cid confirmou, em depoimento a Moraes, a participação do general Walter Souza Braga Netto em reuniões que discutiam o plano golpista.

Por fim, Jair Bolsonaro rejeitou as acusações de envolvimento no planejamento do golpe, afirmando que um golpe seria inviável sem o apoio total das Forças Armadas. A PF, por sua vez, afirmou que, embora o plano tenha sido abortado, o planejamento da tentativa deve ser penalizado. Apesar de suas declarações, tanto Bolsonaro quanto Braga Netto não negaram a elaboração de um decreto golpista que impediria a posse de Lula, evidenciando a fragilidade das instituições democráticas em um período de crise política.

Os jornais e a cobertura das ameaças à democracia

Os jornais usados para a produção deste informe - o Correio Braziliense, a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo - trataram o tema da tentativa de golpe de Estado com rigor e profundidade, combinando reportagens investigativas, editoriais e análises especializadas. Houve grande enfoque na defesa da democracia e na condenação das tentativas de desestabilização institucional, enfatizando a gravidade das ações dos militares e a necessidade de responsabilização.

O Correio Braziliense, por sua vez, focou na delação de Mauro Cid e na análise do professor e analista político Sérgio Abranches, que destacou a falta de unanimidade entre os militares como fator decisivo para o fracasso do golpe. O jornal comentou sobre um possível constrangimento dentro das Forças Armadas devido à participação ativa de militares de alto escalão nos planos de golpe, afirmou que o Exército estava seguindo as recomendações do Judiciário e que as Forças Armadas como instituição não apoiaram o golpe, apesar das prisões preventivas de alguns militares.

A Folha de S. Paulo destacou-se pela cobertura detalhada dos depoimentos, como os do ex-comandante do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, e do ex-comandante da Aeronáutica, Carlos de Almeida

Baptista Júnior, revelando contradições nas declarações de Mauro Cid e enaltecendo a resistência de Freire Gomes e Baptista Júnior aos planos golpistas. Colunistas do periódico, como Celso Rocha de Barros e Dora Kramer, argumentaram que as evidências e os depoimentos desmontaram a narrativa de perseguição política bolsonarista. Hélio Schwartsman discutiu o impacto político de uma eventual condenação de Bolsonaro, questionando como aliados não radicais reagiriam. A Folha também abordou a discussão jurídica da legitimação do ato antidemocrático e a importância do equilíbrio das relações civis-militares, mantendo as Forças Armadas sob controle civil. O jornal focou em destacar a participação do alto escalão das Forças Armadas na trama do golpe, divulgou os detalhes da Operação Tempus Veritatis da PF, e denunciou falas de teor golpista, além de expressar preocupação com a demora no julgamento de militares suspeitos, que poderiam continuar a ascender em suas carreiras.

O Estado de S. Paulo reforçou as divergências entre os depoimentos e o papel ambíguo do almirante Almir Garnier Santos, ex-comandante da Marinha. O periódico deu grande enfoque na condenação da tentativa de golpe, abordando de forma abrangente as relações de representantes das

Forças Armadas com o ex-presidente Bolsonaro e com a formulação da trama golpista. Suas colunas opinativas foram críticas e abordaram os depoimentos coletados nas investigações, bem

como as ações da defesa de Bolsonaro. Em editoriais, o jornal reiterou a participação do ex-presidente nas tramas golpistas e afirmou ser inaceitável discutir anistia para os envolvidos.

Percepções e problematizações: uma análise dos riscos à democracia

As revelações sobre a tentativa de golpe em 2022 evidenciam uma grave crise nas relações civis-militares no Brasil, expondo a fragilidade da subordinação das Forças Armadas ao poder civil. Apesar da Constituição de 1988 estabelecer claramente a supremacia civil, o envolvimento de militares de alta patente em articulações golpistas demonstra que setores das Forças Armadas ainda se vêem como atores políticos com poder de intervir na ordem democrática. O fato de militares de alta patente terem discutido abertamente a possibilidade de um golpe – mesmo que parte deles tenha resistido – indica uma cultura militar que, em alguns aspectos, não internalizou plenamente seu papel subordinado em um regime democrático.

É particularmente preocupante a atuação de núcleos organizados, incluindo os "Kids Pretos" das Forças Especiais do Exército, que teriam planos para ações coercitivas contra autoridades,

como o ministro Alexandre de Moraes, e até para o assassinato do presidente e vice-presidente eleitos. Do ponto de vista das relações civis-militares, o caso demonstra a persistente fragilidade da subordinação militar ao poder civil no Brasil, um legado da transição democrática muitas vezes vista como incompleta. A tentativa de instrumentalizar as Forças Armadas para fins políticos, usando interpretações deturpadas do artigo 142 da Constituição para justificar um papel de "poder moderador", expõe essa vulnerabilidade.

O plano golpista também destacou o uso da desinformação como arma política, com a propagação de narrativas infundadas sobre suposta fraude eleitoral para justificar uma intervenção. Essa estratégia, comum em regimes autoritários, revela o perigo da instrumentalização das Forças Armadas para fins eleitorais.

Ao considerar a cobertura da imprensa, é fundamental para o leitor ter em mente que os veículos de comunicação possuem vieses ideológicos próprios que moldam a forma como os fatos são apresentados e interpretados. A compreensão de que a imprensa é um ator com sua própria agência e, por vezes, seus próprios interesses, é crucial para uma análise informada sobre a democracia brasileira e suas relações com as Forças Armadas. Uma leitura crítica, que busque diferentes fontes e

questione as narrativas dominantes, é indispensável para formar um entendimento sólido sobre os riscos e a resiliência da nossa democracia.

A maneira como os eventos são enquadrados é crucial. A "narrativa de perseguição política" por parte dos aliados de Bolsonaro, por exemplo, busca deslegitimar as investigações. O leitor deve estar atento a essas tentativas de manipulação da percepção pública.

Para saber mais

Podcast Rádio Companhia - Episódios 68-71 sobre a democracia em risco: [Podcast Rádio Companhia](#)

Livro "Democracia em Risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje" (2019): [Livro: Democracia em risco](#)

Livro "Como as democracias morrem" por Daniel Ziblatt e Steven Levitsky (2018): [Livro: Como as democracias morrem](#)